

A LEI 10.639/03 COMO POLÍTICA DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL E POSSÍVEIS ENCONTROS COM A EDUCAÇÃO FÍSICA*

Ramon Matheus dos Santos e Silva)

rb-ramon@hotmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como a Lei nº 10.639/03 se apresenta enquanto uma política para a promoção de igualdade racial e pensar como a Educação Física na sua especificidade pode atuar enquanto disciplina escolar para o cumprimento da lei. Analiso a relação da Educação Física e o corpo negro dentro de uma perspectiva histórica para entender seus desencontros. Assim, por meio de uma entrevista narrativa tento compreender como uma professora de Educação Física explora as manifestações culturais afro-brasileiras na prática docente e os reflexos dessa ação, o que releva uma potente relação.

PALAVRAS-CHAVE

igualdade racial; étnico-raciais; corporeidade

INTRODUÇÃO

A Lei n.º10.639/03², que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º9.394/96), prevê a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Africana. A sanção da lei se apresenta como uma das propostas para o combate do preconceito racial e se configura como uma conquista para o Movimento Negro. É interessante destacar que a necessidade de uma lei para que o ensino da cultura e história afro-brasileira e africana seja ministrado nas escolas, mostra o quanto que o longo período de colonização brasileira interfere na escolha do que ensinar. Gomes (2012) avalia que o atendimento dessa reivindicação é uma resposta do Estado para exigências de movimentos sociais e organismos da sociedade civil comprometidas com uma educação democrática em que a diversidade étnico-racial assume um papel de grande relevância. Com a determinação para que os conteúdos relacionados a Cultura e História Afro-Brasileira seja promovido na esfera de todo o currículo escolar, me interessa pensar como a Educação Física, enquanto disciplina escolar, pode incluir essa temática na prática docente.

* O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

² Modificada pela Lei nº11.645/08; acrescenta o ensino da história e cultura dos povos indígenas.



Mas acredito que antes de tudo é necessário pontuar algumas considerações sobre o processo da discriminação racial no Brasil. É fato que o acontecimento central do racismo está ligado ao período de 300 anos em que negros africanos eram retirados do seu continente e levados a diversos países do mundo em diáspora forçada por meio dos chamados “navios negreiros” para serem escravizados. Entretanto, Moore (2007) vai apontar que o racismo tem sua origem no mundo antigo e sua base é o fenótipo. Apesar de considerar a relevância dessa perspectiva histórica, principalmente considerando os saberes em diáspora construídos pelos negros em luta pela sobrevivência e liberdade no período escravocrata, neste trabalho prefiro tomar como base o ponto de vista de que “... o racismo tal como se manifesta hoje é fruto das teorias racistas produzidas pela ciência moderna;” (Schucman, 2012). Para Schucman, a criação de uma ideia científica no século XIX de que havia um tipo de raça superior a outra foi utilizada para legitimar a superioridade normativa entre indivíduos e povos. É nesse contexto que o conceito de raça é utilizado para justificar a supremacia do povo europeu sobre os povos africanos. Assim, mesmo diante do fim da escravidão, esse argumento colaborou para a perpetuação da concepção de que havia um problema com o corpo negro.

É ancorado nesse pensamento que identifico o racismo enquanto uma experiência estética, pois foi através da racionalidade científica ocidental que se criou uma imagem de inferioridade e incapacidade biológica do corpo negro. É nesse ponto que demarco a relação entre Educação Física e corpo negro e detecto seus desencontros. Mattos (2007) mostra que a Educação Física enquanto área que se dedica ao movimento humano esteve aliada com o poder dominante desde seu surgimento no Brasil, no início do século XIX. Ela pontua que os métodos ginásticos europeus, que regeram a Educação Física, não contemplavam os corpos negros já que o fortalecimento corporal desses não vinha de movimentos rígidos e expressão corporal mecânica, mas sim da relação com a natureza e princípios em que o corpo é utilização para ultrapassar a mecanização do movimento. Assim, de uma análise histórica é possível afirmar que a Educação Física sempre se manteve distantes dos corpos negros e, conseqüentemente, das especificidades e potencialidades das práticas culturais que carregam os descendentes africanos. Dessa forma, é essencial pensar como o ensino da Educação Física no contexto escolar pode dialogar com a Lei 10.639/03.

METODOLOGIA

Apesar de saber a relevância de analisar as particularidades legais para o ensino das relações étnico-raciais nas escolas e analisar as diretrizes que há orientam, acredito que não seriam suficientes para entender como esse processo pode se dar de maneira efetiva. Por isso apostei na entrevista narrativa com uma professora de Educação Física que tem adotado o ensino da cultura afro-brasileira na sua prática docente como uma troca de experiência (Larrosa, 2008). Aposto nessa forma para assinalar as possíveis contribuições da Educação Física na promoção de igualdade racial por entender que esse debate é algo que me acontece, então seria superficial agrupar um conjunto de informações sobre questão racial e defender uma visão.

A entrevista narrativa que apresento na sequência é uma partilha de saberes entre mim e a professora entrevistada, em que identifico a potencialidade da Educação Física para trabalhar com a questão racial na escola a partir do relato da professora.

NARRANDO A EXPERIÊNCIA, POSSIBILIDADES DE ENCONTROS ENTRE A EDUCAÇÃO FÍSICA E RELAÇÕES ETNICORACIAIS

A professora entrevistada atua como docente na rede municipal de Vitória- ES. Ela, relata sua relação com a questão racial e como isso ganha lugar na sua prática de forma legítima a partir de sua busca por conhecimento.

Segue abaixo o trecho:

“Entrevistador: Fala-me um pouco sobre seu projeto com as relações étnico-raciais e porque você decidiu abordar essa temática?”



Professora: Questões africanas sempre me cativaram, e as questões étnico-raciais foram de acordo com estudos que eu fiz sobre LBD e aí eu vi que contemplava nela as questões étnico-raciais. Então eu aproveitei esse gancho para estar desenvolvendo esse projeto na escola, pois é muito difícil você está abordando esse assunto na escola, mas como eu tinha a garantia na LDB, eu me agarrei nela para estar desenvolvendo esse projeto.

Entrevistador: quais são os métodos que você tem utilizado?

Professora: O projeto que eu desenvolvo na escola ele se inicia desde o primeiro dia de aula. Eu peço para que os alunos me contem o que eles sabem esse assunto e aí eu vou pincelando em cima do que eles falaram e acrescentando alguns pontos da história do Brasil como os livros contam e como de fato aconteceu. Eu começo desde o início do ano e finalizado no final porquê de acordo com as diretrizes esse não é um assunto para ser trabalhado só no dia 20 de novembro. Então eu começo contando a história e depois eu vou para as práticas corporais. No contexto do movimento começa a trabalhar com capoeira, as danças indígenas, o congo. Também trabalho com a cultura local levando os alunos a pensar em como os africanos podem ter influenciado na cultura local.

Entrevistador: Para vocês quais são os resultados?

Professora: Os reflexos você ver de forma corporal, muitas meninas cortaram o cabelo para tirarem a selagem e assumir seus traços afros, muitas delas começaram a usar transas iguais as minhas, até os meninos deixaram o cabelo crescer. Hoje, no final do ano, se você pegar um pandeiro rapidinho forma uma roda de capoeira.”

A conversa com a professora me faz de início retornar em Larrosa (2008) para pensar sobre a experiência, pois ao falar de como as questões africanas sempre a envolveram mostra que trabalhar com relações étnico-raciais na prática docente é ultrapassar as informações e se deixar ser afetado para colaborar a superação do racismo na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, é necessário conhecer a História e cultura africana e afro-brasileira e reconhecer a importância de seu ensino para que possa adentrar na escola enquanto conteúdo e não somente em datas comemorativas, como citado pela professora.

A prática relatada pela professora estabelece um vínculo que se apresenta de forma possível para compreender como Educação Física, enquanto área que investiga o corpo, pode ser uma grande aliada da promoção de igualdade racial quando entende o valor das manifestações culturais e religiosas de origem afro-brasileira que sempre valorizaram o movimento corporal. Schucman destaca que:

“... se os negros brasileiros são discriminados por seus traços físicos e cor de pele, deve-se pensar em uma articulação política em torno da negritude, de forma que as mesmas características, que são hoje objeto de preconceito, sejam ressignificadas positivamente e também fonte de reparação social.” (2012, pg. 37).

É nessa linha de pensamento que identifico a relevância do ensino de capoeira, congo e outras práticas corporais afro-brasileiras, como samba, maculelê, maracatu, jogos e brincadeiras tradicionais, entre outras no contexto escolar. Cabe ressaltar que algumas dessas práticas chegaram a ser criminalizadas e tiveram sua realização proibida por lei como estratégia de segregação racial.

Ainda considerando as possibilidades de ressignificação positiva de argumentos que menosprezaram historicamente os corpos negros, a professora toca em um ponto que se expressa interessante, ao expor os resultados de seu trabalho, ela destaca o fato dos alunos e alunas começarem a assumir seus traços afros por meio estético; os meninos deixando seus cabelos crescerem e as meninas cortando o cabelo para tirar a selagem. O racismo enquanto critério estético traz para as características físicas das pessoas negras a noção de ruim, obrigando-as “... a utilizarem mecanismos corporais de branqueamento.” (Mattos, 2007). Desta forma, identifico o método de alisar o cabelo para obter os fios retos uma estratégia para tentar se aproximar do padrão dominante que é branco. Gomes (2003) argumenta que o cabelo é um dos elementos mais notório do corpo e por isso o cabelo crespo pode ser considerado um dos principais



marcos da identidade negra. Assim, as práticas corporais de origem afro-brasileiras podem colaborar para a valorização da estética negra dentro do contexto escolar e é nesse ponto que a Educação Física pode contribuir para a promoção de igualdade racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível identificar que a Educação Física foi utilizada a serviço do poder dominante para excluir os corpos negros de suas práticas. Assim, o plano de segregar os descendentes africanos passou pelo viés da negação de sua estética e essa visão continua a se manifestar contemporaneamente, apesar da não sustentação da inferioridade biológica de uma raça em relação a outra. Dessa forma, as políticas públicas precisam ser pensando para que haja uma reparação social e nessa perspectiva a Lei N°10.639/03 se apresenta como uma grande aliada, já que sua aplicação se dá no cotidiano escolar.

Para Mattos (2007) a Educação Física no contexto escolar não vem contemplando os corpos negros desde sua chegada ao Brasil. Entretanto, essa consideração pode ser revertida com estudos e pesquisas que coloque essa temática em destaque dentro da área. Como mostrado nesse trabalho, o ensino de relações étnico-raciais podem ser um grande conteúdo das aulas de Educação Física, uma vez que as manifestações culturais afro-brasileiras exploram de forma intensa o movimento corporal. Com isso, a Educação Física pode se encontrar com a corporeidade negra, contribuindo para desconstrução da imagem negativa atrelada aos corpos que carregam consigo a descendência africana.

LAW 10.639/03 AS A POLICY FOR THE PROMOTION OF RACIAL EQUALITY AND POSSIBLE CONCERNS WITH PHYSICAL EDUCATION

ABSTRACT

This work aims to analyze how Law 10.639 / 03 presents itself as a policy for the promotion of racial equality and to think how Physical Education in its specificity can act as a school discipline for the fulfillment of the law. I analyze the relation of Physical Education and the Black Body within a historical perspective to understand their disagreements. Thus, through a narrative interview, I try to understand how a Physical Education teacher explores Afro-Brazilian cultural manifestations in teaching practice and the reflexes of this action, which is a powerful relation.

KEYWORDS: *racial equality; ethnic-racial; corporeity*

LA LEY 10.639 / 03 COMO POLÍTICA DE PROMOCIÓN DE IGUALDAD RACIAL Y POSIBLES ENCUENTROS CON LA EDUCACIÓN FÍSICA

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar cómo la Ley n ° 10.639 / 03 se presenta como una política para la promoción de igualdad racial y pensar cómo la Educación Física en su especificidad puede actuar como disciplina escolar para el cumplimiento de la ley. Analice la relación de la Educación Física y el cuerpo negro dentro de una perspectiva histórica para entender sus desencuentros. Así, por medio de una entrevista narrativa intento comprender cómo una profesora de Educación Física explora las manifestaciones culturales afro-brasileñas en la práctica docente y los reflejos de esa acción, lo que releva una potente relación.

PALABRAS CLAVES: *igualdad racial; étnico-racial; corporeidad*



REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei no 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.
- GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan. /jun. 2003
- GOMES, N. L. As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas. In. GOMES, N. L. (org.). *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº10.639/03*. Brasília: MEC; Unesco, 2012. P. 19-33.
- MATTOS, I. G. *A negação do corpo negro: representações sobre o corpo no ensino da Educação Física*. 2007. 143f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Departamento de Educação Campu I, UNEB, Salvador, 2007.
- MOORE, C. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007
- SHUCMAN, L. V. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. 122f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, USP, 2012.

